



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

[Handwritten signature]
DSATS
A Secretária-Geral

08/05/09

Ofº nº 4826/MAP - 7 Maio 08

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

[Handwritten signature]
Maria do Rosário Botão
Adjunta da Secretária-Geral

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
Ofício nº 961	04-04-2008	Registo nº 1959	07-04-2008

ASSUNTO: RESPOSTA PERGUNTA N.º 1008/X (3ª) DE 2 DE ABRIL DE 2008, DO SENHOR DEPUTADO MANUEL ALEGRE (PS) - NOVO MAPA JUDICIÁRIO - ÁGUEDA

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 1100 de 2 de Maio do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça, sobre o assunto supra mencionado.

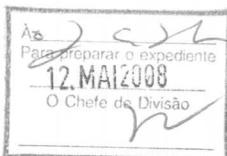
Com os melhores cumprimentos,

Á DAPLEN
08/05/09
[Handwritten signature]
A Directora de Serviços

[Handwritten signature]
A Chefe do Gabinete

[Handwritten signature]
Maria José Ribeiro

SMM



08/05/09
Proc.º n.º 93

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA JUSTIÇA

GABINETE do MINISTRO
dos ASSUNTOS PARLAMENTARES

Entrada N.º 2695

Data 06 / 05 / 2008

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência
o Ministro dos Assuntos Parlamentares
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO

NOSSA REFERÊNCIA

DATA - 2 MAIO 2008

08/04/2008

P.º 3302/2006

N.º

1100

ASSUNTO: PERGUNTA n.º 1008/X (3ª) – AC de 2 de Abril de 2008
Deputado Manuel Alegre de Melo Duarte
Novo Mapa Judiciário – Águeda

Relativamente ao assunto supra cumpre informar o seguinte:

O Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Manuel Alegre remeteu ao Ministério da Justiça uma exposição relativa à proposta governamental de Reforma do Mapa Judiciário já publicamente divulgada em 18 de Março, questionado a opção governamental para este município no que concerne ao número de juízos localizados em Águeda, nomeadamente sobre as razões que justificaram a modificação da proposta inicialmente apresentada para este município.

Sobre esta matéria é de referir que no programa do XVII Governo, consta a necessidade de uma gestão mais racional do sistema judicial, nomeadamente requerendo o ajustamento do mapa judiciário ao volume processual e a adopção de um novo modelo de gestão dos tribunais mais eficiente e célere.

Em resposta ao requerimento apresentado esclarece-se:

A proposta governamental apresentada para o município de Águeda e bem assim para os demais municípios que fazem parte integrante da Comarca Experimental do Baixo Vouga, tiveram em conta a conciliação de um conjunto alargado de variáveis: o volume processual, o melhor aproveitamento dos edifícios existentes e a salvaguarda das distâncias a percorrer.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA JUSTIÇA

A proposta governamental de reorganização do mapa judiciário, resulta de um amplo trabalho que assentou na recolha de sugestões junto do sector, com destaque para o Conselho Superior de Magistratura, a Procuradoria-Geral da República, a Ordem dos Advogados, as associações representativas de magistrados, solicitadores e funcionários de justiça, associação nacional de municípios, entre outros, bem como nos estudos desenvolvidos pelo Observatório Permanente da Justiça e pela Faculdade de Engenharia da Universidade de Coimbra.

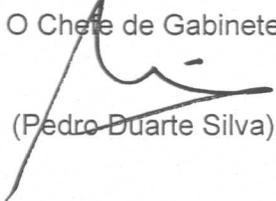
Importa pois reiterar que a proposta de reforma do mapa judiciário, agora em apreciação na Assembleia da República, visa aumentar a eficiência dos tribunais e adequar a rede judiciária à realidade: em suma, assegurar aos cidadãos o acesso a uma resposta judicial célere e eficaz pretendendo-se desta forma uma resposta estruturante para os problemas e necessidades que caracterizam o actual sistema judicial.

Diga-se, todavia que nesta proposta de Lei não estará em discussão qualquer conteúdo concreto dos serviços de justiça em Águeda. Isto é, tal conteúdo será objecto de um Decreto-Lei a aprovar pelo Governo depois da aprovação parlamentar e para o qual serão aceites todos os contributos.

Ao Governo compete zelar pelo interesse geral e pelos equilíbrios territoriais tendo em conta a oferta do sistema de Justiça, ainda que isso possa desagradar a algum município em particular.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Gabinete


(Pedro Duarte Silva)